



POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS-CRESS

APRESENTAÇÃO

*[...] Que este tempo possa renovar a alquimia
de nossas conquistas de cada dia.
E que o tempo que nós vivemos traga na sua outra face
a sonoridade da liberdade, um verde mais vicejante de esperança.
E que em todos os seus versos
tenha a emergência da luta e da resistência,
no tempo em que lutar
é tão necessário quanto viver, respirar...”
Tempo de luta e resistência... - Andréa Lima*

É com grande satisfação que o Conselho Federal de Serviço Social – Gestão *Tempo de Luta e Resistência* (2011-2014) apresenta a Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS, fruto de muita discussão e trabalho coletivo, iniciado na gestão *Atitude Crítica para Avançar na Luta* (2008-2011), com as contribuições da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO).

Destacamos que o presente documento foi organizado, considerando a seguinte estrutura: num primeiro momento, apresentamos as reflexões do Conselho Federal de Serviço Social acerca da Política de Educação Permanente, demarcando seus pressupostos, concepções e articulação com os valores e princípios da profissão. Ressaltamos a dimensão da educação permanente enquanto instrumento de luta ideológica e política da categoria profissional. Em seguida, demonstramos as contribuições da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social e da Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social que sinalizam o panorama



nacional da educação superior no Brasil e seus rebatimentos na formação dos/as assistentes sociais, chamando atenção para um contexto de reformas regressivas, precarização do trabalho e negação/violação dos direitos. Além dessas questões, reafirmam a importância do movimento estudantil enquanto participante fundamental da organização política da categoria dos/as assistentes sociais no Brasil. Por fim, apresentamos as diretrizes, objetivos e estratégias para a materialização da Política de Educação Permanente do Conjunto CFESS-CRESS.

Desejamos que este seja mais um instrumento político direcionado a fortalecer a Formação e o Exercício Profissional e contribuir para a garantia da qualidade dos serviços prestados à população usuária do Serviço Social brasileiro.

Que tenhamos coragem, organização, capacidade crítica e unidade para materializarmos essa Política, cuja prática político-pedagógica já faz parte do cotidiano das entidades do Serviço Social, adensando, agregando e aperfeiçoando as diferentes iniciativas, para que possamos alargar caminhos na afirmação de uma nova ordem social livre e emancipadora.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS-CRESS: REFLEXÕES DO CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL

A vida social está, na sua totalidade, submetida cada vez mais ao domínio e objetivos de acumulação do capital. Diante disso, as relações sociais vêm passando por profundas transformações, que colocam na ordem do dia a necessidade de conhecer as múltiplas determinações da realidade. Do ponto de vista da formação e do exercício profissional, as questões a serem refletidas e aprofundadas pelo Serviço Social se encontram no campo da economia, da política e da cultura. As transformações societárias em curso resultam das necessidades do capital de se recuperar de sua própria crise, e este movimento tem empreendido reconfigurações da relação entre Estado e sociedade, o redimensionamento das lutas sociais e o aprofundamento da “questão social”, assim como a destruição de diversos direitos e das políticas públicas correspondentes, atingindo frontalmente os espaços sócio-ocupacionais da profissão, além de ampliar a precarização das condições de vida da população.

Tal contexto sócio-histórico exige a reflexão e aprofundamento acerca da intervenção na realidade, considerando os elementos que permeiam a dinâmica contraditória da totalidade social que se articula com as particularidades do fazer profissional. Esse terreno, que atualiza a afirmação da qualidade do exercício da profissão na garantia do atendimento às necessidades e interesses dos/as trabalhadores/as, é fundamental numa época em que a humanização da vida se confunde com o consumo, o mundo do dinheiro e a posse das mercadorias – reforçando o fetichismo da mercadoria. Nesse sentido, a Política de Educação Permanente fortalece um dos princípios fundamentais do Código de Ética do/a Assistente Social, no que se refere ao “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional”.

Nesses termos, pensar a educação permanente no Serviço Social pressupõe, portanto, afirmar o projeto profissional, articulando uma dupla dimensão: de um lado, as

condições macrosociais que estabelecem o terreno sócio-histórico em que se exerce a profissão, seus limites e possibilidades; e, de outro, as respostas de caráter ético-político e técnico-operativo dos/as agentes profissionais a esse contexto, apoiadas nos fundamentos históricos, teóricos e metodológicos do Serviço Social. Uma vez que, em uma sociedade imersa nos fenômenos de produção social capitalista, pautada prioritariamente nos moldes do desenvolvimento tecnológico e subordinado, a racionalidade hegemônica ganha nas dimensões individual e coletiva, os traços da instrumentalização do saber. O trabalho vai assim, deixando de ser compreendido como ato criativo da humanidade na transformação da natureza, e passa a ser apropriado como atividade. A escola, nesse contexto, passa a ter o caráter formador de força de trabalho e na dimensão política cumpre o papel de educar o/a trabalhador/a no cumprimento da disciplina organizacional, mas tal aprendizado se transfere às demais esferas da vida (ABREU; SANTOS, 2012).

Segundo Lighia Horodynski (2011), educação é mais ampla que ensino e não é equivalente de atividades didáticas. Educação prepara para a vida em sociedade; promove saberes socialmente referenciados, ou seja, saberes que vão ao encontro das demandas, valores e necessidades da população. É uma prática social, portanto, requer interação entre os sujeitos e destes com a sociedade, nesse aspecto é formação.

Importante ressaltar, que nas lutas e conquistas da classe trabalhadora a educação sempre esteve presente como uma das prioridades, pois ainda que de forma contraditória, por meio dela assegura-se, via de regra, a inserção no mercado de trabalho (condição fundamental à sobrevivência da classe) o que ressalta a sua dimensão econômica, bem como a disputa por projetos de sociedade pela via da ampliação de conhecimentos e construção de formas de sociabilidade, da vivência coletiva e da cultura, ou seja, sua dimensão ético-política (ABEPSS; CFESS, p. 786, 2011).

A educação permanente é uma necessidade em todas as profissões e áreas do conhecimento. Pois no contexto atual, a dinâmica e complexa realidade em

transformação produz aceleradamente questões que precisam ser desveladas e analisadas.

Nesse sentido, nunca foi tão necessário questionar: educar para quê e em qual direção? Concordamos com Mészáros (2008) na defesa da existência de práticas educacionais que permitam trabalhar as mudanças necessárias para a construção de uma sociedade que liberte o ser humano da dominação do capital, e onde a função da Educação seja a de contribuir para transformar o/a trabalhador/a em um sujeito político capaz de modificar a realidade. É nesta perspectiva que nos somamos à luta de que a educação não deve servir aos interesses do mercado, mas ao atendimento das necessidades humanas, na medida em que pode contribuir, no âmbito da disputa hegemônica, com a superação da lógica desumanizadora do capital, que se fundamenta na desigualdade, na exploração, no individualismo, no lucro e na competição.

Aqui sinalizamos um dos principais pressupostos desta Política de Educação Permanente. Por isso, é necessário ter claro qual o perfil que mais se adequa aos valores que a profissão defende e à perspectiva emancipatória e libertária que a profissão vem construindo, dentre eles o do/a profissional que conhece suas competências e imprime qualidade técnica às suas ações com uma direção crítica clara e consciente, de modo a superar a histórica vinculação da profissão com o conservadorismo (GUERRA, 2011).

Um projeto profissional pela sua natureza (projetar, lançar adiante, construir no futuro) como um conjunto de intenções a serem realizadas no futuro, não proporciona resultados imediatamente auferíveis, não se converte no âmbito do imediato. Entre as intenções e a sua realização há um conjunto de mediações que devem ser apropriadas pelo pensamento e mobilizadas no cotidiano, na intervenção profissional. Não obstante, é o referencial teórico adotado no projeto que permite fazer a crítica em nível do imediato e estabelecer alternativas para transcendê-lo (GUERRA, p. 11, 2011).

No Serviço Social, as entidades representativas e Unidades de Formação Acadêmicas buscam reflexões permanentes junto à categoria, em torno das referências teóricas, técnicas, éticas e políticas, na perspectiva de um exercício profissional cada vez mais qualificado, sintonizado com o seu tempo e comprometido com a defesa dos/as trabalhadores/as nos diversos espaços sócio-ocupacionais. Nesta direção, a presente Política se contrapõe à tendência imediatista que leva, muitas vezes, os/as profissionais a participarem de cursos sem qualidade, aligeirados ou voltados para a habilitação no domínio do instrumental, com ênfase nos conteúdos técnicos ou comportamentais, tendo em vista a conformação de um dado perfil profissional (GUERRA, 2011)

Nesse sentido, acreditamos que a Política de Educação Permanente deve se valer de uma dimensão política e pedagógica de reafirmação de valores e conteúdos que expressem a direção social estratégica da profissão. Assim, corroboramos com a abordagem teórica pautada na “metodologia da práxis”, proposta por Konder (1992), pois

A práxis é atividade concreta pela qual os sujeitos humanos se afirmam no mundo, modificando a realidade objetiva e, para poderem alterá-la, transformando-se a si mesmos. É a ação que, para se aprofundar de maneira mais consequente, precisa da reflexão, do autoquestionamento, da teoria; e é a teoria que remete à ação, que enfrenta o desafio de verificar seus acertos e desacertos, cotejando-os com a prática (p. 115).

Entende-se que há um potencial subjacente em todos os sujeitos histórico-sociais e que os processos de construção do conhecimento e da própria realidade se dão de forma dialética, visando, sobretudo, a construção de novas hegemonias de acordo com interesses populares (GRAMSCI, 2004).

Logo, para materializar esta Política de Educação Permanente, vale apoiar-se na concepção de educação popular, por possibilitar a criação de espaços para o exercício

dos sujeitos na construção coletiva de uma “consciência para si”, uma vez que as contradições, a dimensão política (aqui a política entendida como exercício do Ser Social), os interesses universais, são colocados como possibilidade de formação e motivação para ação dos/as profissionais envolvidos/as. A educação popular se propõe como espaço formativo, em sua dimensão ético-política, no sentido de buscar a reflexão do processo “*Por quê? para quê? para quem? como?*”, alcançando dessa forma o que Traspadini (2009) sugere como pressuposto do método de trabalho na formação

A formação política, com base na educação popular, nestes espaços é um elemento constitutivo dos encontros. Com ela, vamos passo a passo, a partir do que os sujeitos trazem, reconsiderando nosso saber coletivo. Sujeitos que acham que sabem pouco, se reconhecem conhecedores de algo. Sujeitos que acham que sabem um pouco mais, reveem suas posições no encontro com outros. E o sujeito político que emana daí sai revigorado para uma práxis reflexiva e revolucionária. Sai com o ímpeto de aprender fazendo, fazer pensando, construir um processo fincando suas bases em um nós (p.02).

Dessa forma, a Política de Educação Permanente extrapola a formação voltada para a qualificação do exercício profissional, podendo alcançar a dimensão mais ampla da organização política da categoria. De acordo com Mészáros,

[...] a moralidade da educação socialista se preocupa com a mudança social de longo alcance racionalmente concebida e recomendada. Seus preceitos se articulam com base na avaliação concreta das tarefas escolhidas e da parte exigida pelos indivíduos em sua determinação consciente de realizá-las. É desse modo que a educação socialista pode definir-se como o desenvolvimento contínuo da consciência socialista que não se separa e interage contiguamente com a transformação histórica geral em andamento em qualquer momento dado. Em outras palavras, as características definidoras da educação socialista emergem e interagem profundamente com todos os princípios orientadores relevantes do desenvolvimento socialista (2008, p. 89).

Nesse sentido é que a articulação entre o Conselho Federal de Serviço Social e os Conselhos Regionais de Serviço Social, além do compromisso político de interlocução com a ABEPSS e a ENESSO tem proporcionado espaços de discussão para os/as

assistentes sociais como uma oportunidade de inserção nos debates contemporâneos sobre o arcabouço conceitual e operativo da profissão.

O Conjunto CFESS-CRESS, articulado às demandas políticas e profissionais impostas à categoria, vem desenvolvendo ações de Educação Permanente há muitos anos, dentre as quais podemos destacar: os Encontros e Seminários específicos que o CFESS realiza para os/as conselheiros/as dos CRESS e agentes fiscais, na preparação para que estes/as também trabalhem e realizem atividades de formação com as/os assistentes sociais; o curso *Ética em Movimento*, que acontece anualmente e já está na sua 10ª edição, curso este organizado pelo CFESS para as/os representantes de todos os CRESS, que devem se tornar multiplicadoras/es, realizando atividades semelhantes em seus estados; a 2ª edição do curso de especialização à distância sob o título “Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais”, realizado pela gestão *Atitude Crítica para Avançar na Luta* (2008-2011), dando continuidade ao trabalho acumulado de gestões anteriores; os seminários nacionais organizados pelo CFESS para discutir a atuação profissional em campos específicos de intervenção, a exemplo do seminário sobre o trabalho de assistentes sociais na Política de Assistência Social, na Saúde, na Previdência Social, na Educação e no Campo Sociojurídico; a realização do Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS), as diversas publicações que constituem formas de socialização das informações, debates sobre trabalho profissional, temas polêmicos e deliberações do Conjunto CFESS-CRESS, a exemplo da Revista Inscrita, dos Anais dos Encontros Nacionais CFESS-CRESS, dos Anais dos seminários nacionais realizados, a publicação de diversos *CFESS Manifesta*. No âmbito da atuação dos CRESS, destacam-se: as atividades comemorativas do dia do/a assistente social; cursos em aliança com Unidades de Formação Acadêmicas; produção de revistas, periódicos e coletâneas jurídicas; realização de seminários, as ações de orientação realizadas pelas Comissões de Orientação e Fiscalização (COFI) e, ainda, a

multiplicação do Projeto Ética em Movimento. Esse conjunto de eventos e publicações constituem canais sistemáticos e impulsionadores de educação permanente.

Esta é a tarefa que as Entidades Organizativas do Serviço Social reafirmam neste documento, ao expressar a relevância e a direção social desta Política de Educação Permanente nos horizontes do projeto crítico e hegemônico da profissão. Busca-se ainda, potencializar as diferentes ações e iniciativas coerentes com o projeto de formação profissional, que não se encerra na graduação. Pelo contrário, coloca-se na rica e complexa dinâmica das relações sociais, a fim de produzir respostas coerentes com o compromisso profissional de qualidade dos serviços aos/às usuários/as, bem como o adensamento das dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa na intervenção dos/as assistentes sociais brasileiros/as.

Assim, a educação permanente se constitui em um importante instrumento para a construção e qualificação de ações cotidianas no exercício da profissão e na sua capacidade de organização política. Dessa forma, é necessário reconhecê-la também como instrumento fundamental de luta política e ideológica. Por esta razão, é que o Conjunto CFESS-CRESS vem privilegiando o espaço da formação, como uma das ferramentas que possibilita o fortalecimento do nosso projeto profissional.

A partir do entendimento ampliado da educação permanente, é possível aprofundar este debate, imprimir mais avanços e consolidar uma política que valorize a qualificação profissional como um bem político, ético, técnico-operativo e um direito das/os assistentes sociais, para orientar e balizar as ações do Serviço Social na direção do projeto ético-político.

Este documento tem a intenção de reafirmar as conquistas já galgadas na profissão, que tem na produção e socialização de conhecimentos um dos pilares das ações de



formação, que se manifestam em suas Entidades, no que se refere à implementação e consolidação de uma Política de Educação por meio da definição/concepção e sistematização dos objetivos, das diretrizes e das estratégias de materialização desta política.

Acreditamos que, desta forma, estamos cumprindo uma decisão coletiva, fruto do debate democrático, e que expressa também o resultado de experiências já acumuladas nesse universo.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE E O PROJETO DE FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO/A ASSISTENTE SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES DA ABEPSS

A defesa da formação profissional de qualidade para os/as assistentes sociais é a função precípua da ABEPSS. Ao longo das últimas décadas, em especial a partir da reformulação das Diretrizes Curriculares de 1996, esta entidade tem no horizonte da graduação, pós-graduação e na produção de conhecimentos, o terreno fundamental para a consolidação do projeto de formação profissional, na direção do enraizamento do Projeto Ético-Político do Serviço Social brasileiro.

Portanto, é importante ressaltar que a Política de Educação Permanente proposta pelo Conjunto CFESS-CRESS torna-se estratégica no plano da qualificação continuada dos/as profissionais, num contexto que exige cotidianamente do Serviço Social a capacidade para desvelar, processar e intervir numa realidade socioinstitucional complexa, permeada por profundas transformações societárias no mundo do trabalho, que se materializam de forma difusa e imediata nas diversas expressões da questão social, objeto da ação profissional. A dinâmica social exige, portanto, constante exercício crítico de apreensão desta realidade, dada a dimensão interventiva e investigativa do Serviço Social e o compromisso ético-político adotado pela profissão nas três últimas décadas.

Como ponto de partida, cabe destacar inicialmente as discussões a respeito das terminologias “educação permanente” e “educação continuada”, usualmente utilizadas de forma aleatória dentro e fora do debate profissional. Essa justificativa é necessária, tendo em vista a adoção, neste texto, da terminologia de *educação permanente*.

A educação permanente e a educação continuada conferem uma dimensão temporal de continuidade de aprendizagem por toda a vida, mas estão inseridas em princípios metodológicos diferentes. A educação continuada está relacionada ao prosseguimento

da formação inicial, objetivando o aperfeiçoamento profissional. Contudo, nem sempre esse aperfeiçoamento atende às necessidades provenientes da organização do trabalho, e tampouco modifica e qualifica as estruturas e os processos ao atendimento das demandas (FERNANDES, 2009).

Já o significado da educação permanente deverá ser compreendido no contexto histórico, político e econômico, considerando as transformações societárias e os interesses vigentes das classes sociais, tendo em vista que estas transformações vêm influenciando o trabalho, a educação e a formação profissional no século XXI. Observa-se contemporaneamente uma despolitização e uma desideologização da educação permanente (FERNANDES, 2009), tendo em vista a crítica de que não há necessidade do uso da terminologia permanente na medida em que as sociedades necessitam de uma educação em permanência, cujo debate esteja alicerçado sobre a educação como prática de domesticação ou antagonicamente, como prática de liberdade (FREIRE, 1974).

Constata-se que, no Relatório, para a Unesco, da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, a concepção de educação, ao longo de toda a vida, aparece como uma das chaves de acesso ao século XXI (DELORS, 2003). Tais chaves estão conectadas nas ideias de que as respostas aos desafios postos por um mundo em rápida transformação estão atreladas, por meio de uma compreensão melhor do outro e do mundo, numa lógica de que a empregabilidade e o sucesso profissional estão atrelados aos resultados do empenho individual dos sujeitos e do processo ensino-aprendizagem, bem sucedidos. Esta é a direção imediatista e fragmentada proposta pelos organismos internacionais, que associam educação ao modelo de desenvolvimento capitalista.

Desse modo, mencionando Fernandes (2009), tomamos como referência a educação permanente, por compreender também que sua raiz está plantada por princípios éticos

e políticos, direcionando, assim, a edificação de uma sociedade em que prevaleça a “[...] justiça social e a emancipação humana, em que a razão técnica não predomine e não subestime a consciência crítica de sujeitos dotados de desejo e de conhecimentos, capazes de refletir sobre seus atos” (p.527).

A formação profissional é um processo permanente de qualificação e atualização, porque exige deciframento cotidiano dessa realidade social. Contudo, o mundo da pseudoconcreticidade “[...] não é uma variante secularizada do paraíso, de um estado já realizado e fora do tempo; é um processo no curso do qual a humanidade e o indivíduo realizam a própria verdade, operam a humanidade do homem” (KOSIK, 2002, p. 23). Por essa razão, um dos desafios no processo de formação em Serviço Social é o de estimular, nos/as seus/suas estudantes e profissionais, o espírito científico, não dogmático, numa perspectiva crítica.

No mundo contemporâneo, em que se fala comumente de uma indústria da cultura, é utópico imaginar uma informação livre das regras da rentabilidade e do lucro, mas, se o objetivo da educação é ser também instrumento de emancipação, não se pode sucumbir a esta imediatividade. Chauí (2003) considera que as mudanças tecnológicas referentes à circulação da informação produziram a ideia de sociedade do conhecimento, na qual o valor mais importante é o uso intensivo e competitivo dos conhecimentos. A autora problematiza o significado dessa sociedade, uma vez que o conhecimento e a informação, ao se tornarem forças produtivas, passaram a compor o próprio capital, que, por sua vez, passa a depender disso para sua acumulação e reprodução. No entanto, segundo Lojkin (1995, p. 17), a informação, criada e assentada num trabalho cada vez mais coletivo, “[...] não pode ser apropriada e, menos ainda, ser enriquecida, se for apropriada privadamente, ela perde seu valor de uso [...]”.

Outro aspecto que pode ser apontado é que a sociedade do conhecimento é inseparável da velocidade, isto é, há acentuada redução do tempo entre a aquisição de um conhecimento e sua aplicação tecnológica, a ponto de essa aplicação

determinar o conteúdo da própria investigação científica, da própria formação. De acordo com essa lógica, Chauí (2003) se refere à explosão quantitativa e qualitativa do conhecimento, que se expressa tanto nas disciplinas clássicas, quanto no processo de criação de disciplinas novas e de novas áreas de conhecimento. O conhecimento, segundo a autora, levou 1.750 anos para se duplicar pela primeira vez, no início da era cristã. Depois, passou a se duplicar a cada 150 anos e, posteriormente, a cada 50 anos. A estimativa é que, a partir do ano 2000, a duplicação passe a acontecer a cada 73 dias, com a compressão do tempo espaço promovido pelas novas tecnologias em curso no processo de mundialização do capital.

A formação profissional se dá em tempo e espaço construídos historicamente, que se apresentam hoje como aspecto contingente da ação humana, em vez de se constituir como elemento fundamental da sociabilidade. Isso se expressa na própria noção sobre a formação do ensino superior atualmente proposta, que deixa de ser a “[...] descoberta da verdade histórica, a busca do saber universal, passando a ser denominada pelo saber ‘pragmático e instrumental’, ‘operativo’ ‘internacionalizado’, produzido sob encomenda para que as coisas funcionem” (IAMAMOTO, 2000, p. 51).

Nesta perspectiva, é indispensável, no contexto adverso de reprodução ampliada do capitalismo tardio, empreender esforços para o exame crítico da realidade – que se modifica, constantemente –, e assim

[...] decifrar as novas mediações por meio das quais se expressa a questão social hoje é de fundamental importância para o serviço social em uma dupla perspectiva: para que se possa tanto apreender as várias expressões que assumem, na atualidade, as desigualdades sociais – sua produção e reprodução ampliada-, quanto projetar e forjar formas de resistência e defesa da vida. (IAMAMOTO, 2007, p. 161)

Neste sentido, vale indicar que esta proposta de Política de Educação Permanente se contrapõe à lógica instrumental abstrata, do chamado *Capital Humano*, tão difundido pelo modelo de acumulação flexível e reforçado no ideário neoliberal, que reduz a noção de formação continuada a um conjunto de treinamentos esparsos, para atender às demandas mais imediatas do mercado. Sob o argumento de valorização do conhecimento, exige-se do/a trabalhador/a processos contínuos de reciclagens e aprendizados que, nesta tese, os/as torna “aptos/as” a assimilar rapidamente novas formas de controle e gestão dos processos de trabalho, cada vez mais atomizados e fluidos, característicos da chamada produção flexível (HARVEY, 2003). Esconde-se, sob a roupagem da suposta valorização do conhecimento, a possibilidade de ampliar o gerenciamento, o controle e os lucros dos processos de produção e reprodução ampliada do capital sobre o trabalho.

Tal processo de adestramento acríptico ganha magnitude, quando engendrado na própria dinâmica da política de educação superior gerida pelos governos brasileiros nos últimos anos, com forte orientação de organismos multilaterais, que aproximam a Universidade organizacional de um horizonte raso de possibilidades de consolidação da autonomia universitária do tratado de Córdoba (que prevê, dentre outros aspectos, a necessidade da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão), colocando-a como mais uma mercadoria de fonte inesgotável e profunda de ganhos para o capital (CHAUÍ, 2001).

Os dados do crescimento de cursos na área expressa tal mercantilização, tendo em vista que, em 1998, no governo de Fernando Henrique Cardoso, havia 89 cursos de Serviço Social no Brasil. Em 2001 – final de seu mandato - esse número chega a 111 cursos. No governo de Luiz Inácio Lula da Silva, ou seja, no período de 2002 a 2010, esse número subiu vertiginosamente. Em 2005, alcançou 174 cursos; em 2006, já existiam 206 cursos; em 2007, esse número chegou a 253 cursos; atingindo 306 em 2008; 345 em 2009 e 567 cursos aprovados em agosto de 2012.

Segundo dados do E-MEC de 2011¹, dos 418 cursos de Serviço Social, 403 eram presenciais, destes tínhamos 381 em atividade. Os cursos em atividades e presenciais somavam 367 em funcionamento no país. Neste mesmo período, vale observar que apenas 14 instituições que oferecem cursos à distância eram responsáveis por uma oferta em torno de 50.000 vagas, contra aproximadamente 34.000 vagas dos 367 cursos presenciais, conforme os dados registrados na tabela a seguir:

TABELA 1: Dados sobre os cursos de Serviço Social ofertados na modalidade a distância

| INSITUIÇÃO | INÍCIO DO FUNCIONAMENTO | CARGA HORÁRIA | PERIODICIDADE | VAGAS ANUAIS | LOCALIDADES |
|---|-------------------------|---------------|------------------|--------------------------------|-------------|
| UNIVERSIDADE ANHANGUERA – UNIDERP | 07/02/2007 | 3.620h | Semestral (7.0) | 16.800 | 450 |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO CLARETIANO – CEUCLAR | 04/02/2009 | 3.220h | Anual (4.0) | 900 | 20 |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO DA GRANDE DOURADOS – UNIGRAN | 01/08/2008 | 3.220h | Semestral (8.0) | 3.000 | 32 |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO LEONARDO DA VINCI – UNIASSELVI | 02/05/2008 | 3.360h | Semestral (8.0) | 1.300 | 37 |
| CENTRO UNIVERSITÁRIO NEWTON PAIVA - NEWTON PAIVA | 01/02/2008 | 3.620h | Semestral (8.0) | 2.500 | 2 |
| UNIVERSIDADE DE SANTO AMARO – UNISA | 22/04/2008 | 3.120h | Semestral (8.0) | 516 | 49 |
| UNIVERSIDADE DE UBERABA – UNIUBE | 01/02/2007 | 2.520h | Semestral (6.0) | Não informa | 12 |
| UNIVERSIDADE DO TOCANTINS – UNITINS | 02/02/2006 | 3.000h | Semestral (11.0) | 2.760 | 256 |
| UNIVERSIDADE ESTÁCIO DE SÁ – UNESA | 22/07/2010 | 2.112h | Semestral (8.0) | 1.680 | 22 |
| UNIVERSIDADE LUTERANA DO BRASIL – ULBRA | 31/03/2008 | 3.000h | Semestral (7.0) | Matutino: 50 Vespertino: 50 | 279 |
| UNIVERSIDADE NORTE DO PARANÁ – UNOPAR | 12/02/2007 | 3.490h | Semestral (8.0) | 21.150 | 479 |
| UNIVERSIDADE PAULISTA – UNIP | 18/02/2008 | 3.000h | Semestral (7.0) | 60 | 597 |
| UNIVERSIDADE SALVADOR – UNIFACS | 03/02/2010 | 3.000h | Semestral (8.0) | 850 | 3 |
| UNIVERSIDADE TIRADENTES – UNIT | 10/06/2006 | 3.224h | Semestral (8.0) | 5.000 | 28 |

Fonte: E-mec. Disponível em: <http://emec.mec.gov.br>. Acesso em: 24 de abril de 2011 por Débora Spotorno (mestranda da FSS/UFJF)

¹ Consultado por Débora Spotorno (Mestranda FSS/UFJF), em abril de 2011.

Além dos números exorbitantes, a questão da qualidade do ensino nesta modalidade (EaD) é amplamente discutida nos dados compilados no documento denominado “Sobre a incompatibilidade entre graduação à distância e serviço social”, formulado pelas entidades da categoria em 2010.

Os dados gerais aqui descritos revelam ainda que, sob o discurso da democratização da educação superior, tal política tem se efetivado no Brasil pela via do avanço da contrarreforma do Estado, uma vez que o acesso à universidade ocorre a partir da implementação de mecanismos que garantem uma expansão de vagas associadas à privatização, com planos voltados para o alcance de metas quantitativas sem qualidade (REUNI, PROUNI, Universidade Nova, etc), apropriação do fundo público pelo setor privado via financiamentos e a mercantilização generalizada dos cursos. Como vem denunciando a ABEPSS,

A expansão do ensino superior privado ligeiro presencial ou à distância, com o suporte na LDB e forte apoio institucional do Ministério da Educação, de FHC a Lula, ocorre para configurar nichos de valorização do capital médio, num período em que o capitalismo promove uma intensa oligopolização do capital, com tendências de concentração e fusão de capitais, e dificuldades de investimento produtivo e de valorização. Constitui ainda uma via de acesso ao fundo público e ao crédito, a exemplo da recente discussão acerca do apoio do BNDES a essas instituições, na perspectiva da valorização e do suporte ao lucro privado fácil e rápido, tendência esta que vem crescendo no contexto da crise. (ABEPSS, 2009, p. 03)

É neste cenário que a ABEPSS, o Conjunto CFESS-CRESS e a ENESSO, articulados com os movimentos mais amplos das lutas sociais, têm mobilizado diversas ações de enfrentamento à precarização do ensino superior no Brasil. Podemos compreendê-las como conquistas progressivas, que sustentam a posição do Serviço Social no campo do Projeto ético-político e do legado do pensamento crítico na profissão, a exemplo: a formulação mais recente acerca do Estágio Supervisionado (resolução 533/2008 e Política Nacional de Estágio - PNE), a abertura de curso presencial da UNITINS e seu respectivo fechamento do curso na modalidade à distância, a criação de cursos públicos de Serviço Social desvinculados do REUNI, a realização do curso de

especialização “Serviço Social: direitos e competências profissionais”² e a realização, em todo o território nacional, do projeto “ABEPSS Itinerante”, que discute o vigor das Diretrizes Curriculares de 1996 para os cursos de Serviço Social. Não é desconhecido que tais conquistas no âmbito do exercício e da formação profissional são parciais e sempre permeadas de contradições e embates, como todo processo social.

Podemos somar a essas conquistas a implementação desta “Política de Educação Permanente”, cujo objetivo é o de “Consolidar uma Política Nacional de Educação Permanente no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, voltada para a promoção do aprimoramento intelectual, técnico e político dos assistentes sociais como forma de qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho; bem como consolidar o projeto ético-político do Serviço Social e potencializar a melhoria dos serviços prestados aos usuários” (CFESS, 2010).

Diante do exposto, cabe-nos retomar, do ponto de vista da ABEPSS, aspectos primordiais que devem se constituir como preocupações e conteúdos presentes na execução desta Política, de modo a ressaltar a importância da formação crítica e generalista do Serviço Social, sobretudo para evitar a fragmentação e imediatividade de conteúdos descolados do projeto de formação profissional, que contribuem para a proliferação e recorrência no pensamento conservador no interior da profissão.

Para além e em contraponto à concepção predominante em tela do ideário liberal de formação continuada, o Código de Ética do Serviço Social prevê, no conjunto de seus princípios, o “compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional” (CFESS, 1993). Tal pressuposto indica e reforça a direção da educação permanente da

² A implementação do Plano de Lutas Em Defesa do Trabalho e da Formação e Contra a Precarização do Ensino Superior em curso indicam uma série de atividades desenvolvidas junto aos regionais do CRESS, da ABEPSS e ENESSO, além de ações em defesa e de enfrentamento à precarização do ensino superior envolvendo setores, entidades e movimentos sociais neste processo.

formação em Serviço Social, que associa elementos técnico-operativos da prática profissional às dimensões teórico-metodológica e ético-política como unidades indissociáveis, que se estendem da graduação à pós-graduação.

As Diretrizes Curriculares também indicam a articulação entre as três dimensões acima citadas, quando, em seus princípios, definem que a formação profissional do/a assistente social implica na capacitação para

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potencializem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor. (ABEPSS, 1996, p. 07-08)

Desse modo, a educação permanente, na direção do projeto profissional de formação aqui reiterado, se afirma como potencial instrumento de consolidação do projeto ético-político do Serviço Social, uma vez que a formação e a produção de conhecimentos se apresentam como um dos elementos estruturantes de materialização desse Projeto Ético-Político (PEP), juntamente com as dimensões jurídico-normativa e político-organizativa. (NETTO, 2006). Além disso, a profissão “é um processo, ou seja, ela se modifica ao transformarem-se as condições e as relações nas quais ela se inscreve” (ABESS/CEDEPSS, 1996:152). Desta forma, é necessário que o profissional dê continuidade ao processo de apropriação do movimento do real, partindo da premissa de que “as mudanças na esfera da produção operam refrações nos mecanismos de reprodução social que é o âmbito privilegiado da intervenção do Serviço Social” (ABESS/CEDEPSS, 1996: 160), o que significa a necessidade constante de atualizações de demandas e estratégias de intervenção profissional.

Desse modo, torna-se imperativo evidenciar, como eixo norteador desta Política de Educação Permanente, a dimensão da totalidade histórica, resguardada na matriz do pensamento crítico dialético presente nas Diretrizes Curriculares. Essa dimensão deve permear todos os níveis de qualificação na área (graduação, pós-graduação *lato e strictu*, capacitações, atualizações, etc). Conforme indicação das Diretrizes Curriculares,

A formação profissional expressa uma concepção de ensino e aprendizagem calcada na dinâmica da vida social, o que estabelece os parâmetros para a inserção profissional na realidade sócio-institucional. A presente proposta parte da reafirmação do trabalho como atividade central na constituição do ser social. As mudanças verificadas nos padrões de acumulação e regulação social exigem um redimensionamento das formas de pensar/agir dos profissionais diante das novas demandas, possibilidades e das respostas dadas. Esta concepção implica que o processo de trabalho do assistente social deve ser apreendido a partir de um debate teórico-metodológico que permita o repensar crítico do ideário profissional e, conseqüentemente, da inserção dos profissionais, recuperando o sujeito que trabalha enquanto indivíduo social. (ABEPSS, 1996, p.08)

Ainda como concepção e direção deste instrumento, cabe recuperar, nesta Política, a afirmação do *Trabalho* como eixo fundante da dinâmica da vida social, em tempos de “destruição” pós-moderna dessa chave de compreensão e de ação humana na história da sociedade. A reiteração da centralidade da categoria *Trabalho* na sua dimensão ontológica, bem como a análise cuidadosa de suas metamorfoses diante da mundialização e financeirização do capital, traz elementos primordiais para desvelar as profundas repercussões na dinâmica das relações sociais características do estágio atual das forças produtivas, sobretudo no que se relaciona à Questão Social e ao Estado (HARVEY 2003 e 2008; CHESNAIS, 1996). Esta mediação é indispensável para os/as assistentes sociais, uma vez que

[...] as condições que circunscrevem o trabalho do assistente social expressam a dinâmica das relações sociais vigentes na sociedade. O exercício profissional é necessariamente polarizado pela trama de suas relações e interesses sociais. Participa tanto dos mecanismos de exploração e dominação, quanto, ao mesmo tempo e pela mesma atividade, da resposta às necessidades de sobrevivência das classes trabalhadoras e da reprodução do antagonismo dos

interesses sociais. Isso significa que o exercício profissional participa de um processo que tanto permite a continuidade da sociedade de classes quanto cria as possibilidades de sua transformação. Como a sociedade é atravessada por projetos sociais distintos – projeto de classes para a sociedade – tem-se um terreno sócio-histórico aberto à construção de *projetos profissionais também diversos*, indissociáveis dos projetos mais amplos para a sociedade. É essa presença de forças sociais e políticas reais – e não mera ilusão – que permite à categoria profissional estabelecer estratégias político-profissionais no sentido de reforçar interesses das classes subalternas, alvo prioritário das ações profissionais. (IAMAMOTO, 2009, p. 24)

Nesta esteira, a *Questão Social*, como indicam as Diretrizes Curriculares e se reafirma nas produções acadêmicas do serviço social³, se constitui como base para a materialidade da profissão, pois é por meio da sua apreensão crítica que se articula todo o processo formativo voltado para as dimensões teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa da profissão, considerando a sua natureza interventiva e investigativa.

Ou seja, a partir do aprofundamento da análise da *Questão Social* e suas múltiplas expressões como parte do movimento do real é que o Serviço Social encontra a orientação necessária para a superação do conservadorismo, expressos pelo *fatalismo* e *messianismo*⁴, sobretudo no atual contexto de análises neoconservadoras e polêmicas que reduzem o debate à noção de “problema social”, próprio do pensamento reformista liberal⁵. Esta leitura reducionista separa a realidade de forma casualística e dual.

Nesta lógica funcional ao sistema, a análise da *Questão Social* é represada ao plano da aparência do fenômeno, afastando-se da totalidade histórica que a produz. Daí, é fundamental e acertada a leitura sob orientação da crítica marxista da economia política, que nos permite compreender a unidade indissolúvel e contraditória entre o

³ Ver revista *Temporalis* nº 3 e Iamamoto (2007) onde se apresentam as principais perspectivas acerca do debate no Serviço Social brasileiro.

⁴ Nos termos de Iamamoto, M. *Renovação e conservadorismo*. São Paulo: Cortez, 2000.

⁵ Ver principais teóricos como Pierre Rosanvallon (1998) e Robert Castel (1998), além Anthony Giddens e outros pesquisadores que tem incidido na formulação de políticas sociais neoliberais.

modelo de produção e acumulação capitalista e a produção e reprodução ampliada da Questão Social e suas expressões. (IAMAMOTO, 2007). Como afirmam Behring e Santos (2009), só com uma atitude teórico-metodológica plena de historicidade é possível compreender tal processo, evitando, assim:

[...] os impressionismos e as perplexidades do senso comum, as demandas renovadas, complexificadas, transformadas que expressões da questão social contemporânea colocam para a profissão. Nesse sentido, este é um componente decisivo no projeto de formação profissional: preparar profissionais aptos a lidar subjetiva e objetivamente com a tão atual assertiva marxiana de que tudo o que é sólido se esfuma rapidamente, num modo de produção e reprodução social cuja sobrevivência depende de revolucionar permanentemente as forças produtivas e as relações sociais de produção. Tal processo se mostra hoje de forma contundente com a crise do capital. A esse desafio do projeto que se propõe, segue o de imprimir a direção social, [...] na perspectiva de fortalecer o componente de resistência, de ruptura com as expressões dramáticas da questão social na realidade brasileira. (BEHRING e SANTOS, 2009, p. 273)

O aprofundamento da apreensão do *Trabalho e da Questão Social* nos remete à necessidade de reforçar o debate em torno dos fundamentos teórico-metodológicos do Serviço Social, que são articulados por meio dos *Núcleos de Fundamentos Teórico-Metodológicos da Vida Social, de Fundamentos da Formação Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e de Fundamentos do Trabalho Profissional*, uma vez que

Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais. Estas formas de pensar implicam formas de agir, ou seja, a instrumentalidade da profissão (GUERRA, 1995), reconhecendo seus aspectos tradicionalmente consolidados, mas também buscando novas formas de ação profissional. Tal fundamentação e instrumentalidade são os componentes que permitem a compreensão do cotidiano de vida dos usuários. (ABEPSS, 1996, p. 14)

Esta temática atualmente é relevante, dado o crescimento do pensamento neoconservador dentro e fora do Serviço Social, expresso nas concepções pós-modernas que, sob a pretensão de realização da crítica ao racionalismo moderno, se autoproclama “novo paradigma científico”, capaz de apontar para os limites e impossibilidades de efetivação dos ideais burgueses na sociedade capitalista, dentre os “fracassos” da modernidade, encontra-se a própria ciência. (SANTOS, 2002)

Daí, para os “pós-modernos”, toda negação de explicações baseadas em perspectivas totalizantes “se desmancham no ar”, pois se constituiriam como metanarrativas incapazes de explicar o estágio atual da sociedade globalizada. Em um “emaranhado de abordagens”, o pensamento pós-moderno tem em comum a negação da historicidade, da existência de uma classe social como sujeito histórico e revolucionário, bem como a negação do trabalho e da base material como forma de produção de reprodução da vida social. Nesta proliferação das explicações abstratas, o neoconservadorismo no Serviço Social encontra terreno fértil nas formulações das políticas sociais neoliberais (principal espaço sócio-ocupacional da profissão, em especial nas áreas de saúde e assistência social). É oportuna a advertência de Iamamoto, que associa tal processo à precarização da formação profissional, ao afirmar que a hipótese que se pode aventar é de que

[...] o crescimento do contingente profissional, ao tempo que eleva a lucratividade nos negócios educacionais -, um curso barato, voltado predominantemente ao público feminino -, poderá desdobrar-se na criação de *um exército assistencial de reserva*. Isto é, aquele crescimento poderá figurar como um recurso de qualificação do voluntariado no reforço do chamamento à solidariedade enquanto estratégia de obscurecimento das clivagens de classe e da radicalização da exploração do trabalho que funda a prevalência do capital que rende juros, o qual mascara sua relação com o mundo do trabalho. A invisibilidade do trabalho e a naturalização das relações sociais -, travestidas na ótica da coesão social -, mostram-se como ingredientes ideológicos conservadores numa sociedade que prima pela reprodução acelerada das desigualdades de classes, e convive com permanentes ameaças de revoltas dos segmentos subalternizados. (IAMAMOTO, 2007, p.440)

Deste modo, ao desenvolver a Política de Educação Permanente, interessa-nos ainda ressaltar a profunda articulação entre formação e exercício da profissão, como forma de retroalimentar e fomentar processos que qualifiquem a intervenção dos/as assistentes sociais diante dos desafios cotidianos na vida em sociedade e a necessidade de sua superação.

Aqui, cabe ainda destacar o Estágio Supervisionado como atividade curricular obrigatória que possui centralidade na formação, por ser um espaço privilegiado de

articulação entre teoria e prática, da ética profissional, da sistematização de conhecimentos e outras mediações que contribuem para a melhor apreensão da realidade socioinstitucional; as experiências exitosas de supervisão do estágio podem ser potencializadas como uma das estratégias da educação permanente, criando ambiência para a formação em serviço social e a qualificação da intervenção profissional. Ou seja, a experiência do estágio, em consonância com as orientações normativas e pedagógicas em vigor, pode representar um espaço fértil a ser agregado no processo. Tendo em vista que

[...] a concepção que alicerça o estágio supervisionado curricular obrigatório e não-obrigatório tem como perspectiva a processualidade da supervisão na formação para o exercício profissional, processo que não é linear, mas complexo e tipicamente histórico. O compromisso com a profissão é elemento que, no âmbito da competência profissional, prima pela qualidade dos serviços prestados à população. É terreno germinador das demandas e das possibilidades do conhecimento e das práticas na apreensão das determinações e mediações que incidem na realidade social. A supervisão de estágio está consubstanciada pela direção social da profissão, que a compromete com a universalização dos valores democráticos e igualitários (LEWGOY, 2009).

Da mesma forma:

[...] o **estágio supervisionado curricular-obrigatório** vincula-se ao projeto político profissional e à perspectiva legal, evidenciada pelos ditames do Código de Ética Profissional (1993), da Lei de Regulamentação da Profissão (1993) e da Resolução 533/2008 do CFESS, e está ancorado nas Diretrizes Curriculares da ABESS (1996). (ABEPSS, 2010, p. 16)

Para tecer considerações finais, notamos que a articulação entre graduação e pós-graduação (*strictu* e *lato*), neste processo, é imprescindível para retroalimentar e qualificar a formação e o exercício profissional na atualidade e trazer para o centro dos debates algumas “ausências” nas pesquisas da área, aqui, destaca-se o próprio Serviço Social (IAMAMOTO, 2007)

Não desconsiderando a relevância de conhecimentos específicos dos diferentes espaços sócio-ocupacionais nos quais se inserem os/as assistentes sociais, constata-

se uma tendência à fragmentação na intervenção e na produção de conhecimentos que assimilam, cada vez mais, especializações do trabalho que nem sempre levam em consideração o objeto, os objetivos e atribuições da profissão. O afastamento da formação genérica, substituída por um conjunto prescritivo de intervenções, sem o rigoroso movimento de articulação entre totalidade e particularidade no fazer profissional, pode contribuir para a maior alienação e perda da capacidade de intervenção crítica na realidade do trabalho (já bastante prejudicada pela precarização do trabalho dos/as profissionais e aviltamento das condições de vida da classe trabalhadora).

Pelo exposto, constatamos que a época contemporânea acena com exigências e desafios que expressam as possibilidades e os limites a serem superados. Desse modo, os caminhos da formação profissional encontram-se com os da construção de uma educação permanente, que sedimente o significado social da profissão. Para isso, terá de responder, entre tantos outros desafios, às contradições presentes na política educacional, na ideologia capitalista impressa nas universidades brasileiras, na efetivação das diretrizes curriculares pelas faculdades / cursos de Serviço Social, nos espaços institucionais em que se efetiva o trabalho dos/as assistentes sociais, em especial as novas configurações das relações entre Estado e sociedade, expressos também na organização e estruturação neoliberal das políticas sociais (o que nos remete às contradições presentes nos principais espaços sócio-ocupacionais dos/as assistentes sociais) e nas transformações e exigências do mercado de trabalho.

A ABEPSS vem contribuindo com esse processo por meio da organização de oficinas regionais e nacionais de graduação, seminários de pós-graduação; dos Encontros Nacionais de Pesquisadores em Serviço Social (ENPESS); na organização, juntamente com os CRESS, dos fóruns locais e regionais de supervisores de estágio; na articulação dos/as coordenadores/as dos programas de pós-graduação do Brasil; com a constituição e organização dos Grupos Temáticos de Pesquisa (GTPs); com a



Implantação da Política Nacional de Estágio (PNE), mobilizando a sua implementação nas Unidades de Formação Acadêmicas (UFAs); e, mais recentemente, em fase de execução da “ABEPSS itinerante”. Além de outras iniciativas desenvolvidas junto com o CFESS, como o curso de especialização *Serviço Social: direitos e competências profissionais*.

Desse modo, espera-se, nesse processo de Educação Permanente, encontrarmos coletivamente novas possibilidades para materialização do projeto ético-político, alargando os horizontes da intervenção profissional no conjunto das lutas sociais em direção à transformação para uma nova sociedade livre e emancipada.

POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE: CONTRIBUIÇÕES DA ENESSO

A ENESSO historicamente pauta, também, em sua ação política, o debate da formação profissional, entendendo-a como um campo estratégico para a intervenção do movimento estudantil, no sentido de luta pela garantia de uma formação profissional crítica e não conformista.

A compreensão do Movimento Estudantil de Serviço Social (MESS) acerca da importância da atuação política, visando à garantia da direção social da formação profissional, vem refletindo na realização dos Seminários Regionais e Nacionais de Formação Profissional e Movimento Estudantil de Serviço Social como fóruns de caráter organizativo, bem como no fortalecimento da relação do MESS com a ABEPSS (antiga Associação Brasileira de Ensino em Serviço Social - ABESS) enquanto entidade organizativa protagonista na área da formação profissional em Serviço Social. Além disso, a conquista do espaço para a representação discente na ABEPSS significa o reconhecimento das contribuições do MESS ao debate da formação profissional e a intervenção qualitativa que o movimento pode desenvolver nesse campo.

Considerando a importância da Educação Permanente para o conjunto de profissionais e estudantes que formam o Serviço Social brasileiro, entendemos que essa formação deve ser vinculada ao Projeto Ético Político (PEP), historicamente construído pela categoria, tanto no sentido de consolidar a direção política do nosso PEP, como também no de contribuir com a qualidade nos serviços ofertados aos/às usuários/as.

A educação permanente deve contemplar também a dimensão do aprimoramento teórico-metodológico, técnico-operativo e ético-político, no sentido de potencializar uma análise da realidade social de forma a qualificar a intervenção profissional do/a assistente social.

São inúmeras as contribuições da educação permanente para a categoria e, nesse sentido, ressaltamos que os espaços organizativos do MESS são privilegiados, no que concerne a potencializar esses aspectos. Sobretudo se consideramos que a organização política dos/as estudantes viabiliza o fortalecimento da base dessa profissão e, com a educação permanente, isso ocorre de forma continuada.

Não por acaso, no âmbito do Serviço Social, “[...] o segmento estudantil é considerado como partícipe fundamental da organização política da categoria dos (as) assistentes sociais no Brasil” (RAMOS, 2008, p. 09), o que envolve a constante presença da entidade representativa dos/as estudantes do curso nos mais diversos fóruns da categoria e momentos decisivos na história da profissão, a exemplo da participação estudantil na dinâmica de elaboração do Código de Ética de 1993 e das Diretrizes Curriculares de 1996.

Neste momento em que os Encontros Nacionais do Conjunto CFESS-CRESS têm indicado a necessidade de construção de uma Política de Educação Permanente para assistentes sociais, as atenções da ENESSO se voltam para contribuir neste processo, entendendo a elaboração desta Política como uma importante mediação para o enraizamento do projeto ético-político profissional.

Além disso, a Política de Educação Permanente para assistentes sociais ora em construção encontra, no terreno histórico atual, diversos elementos e aspectos da realidade concreta que justificam a sua necessidade, haja vista as contínuas mudanças no mundo do trabalho, que vem colocando novas demandas, advindas do acirramento das expressões da questão social, para o exercício profissional dos/as assistentes sociais, bem como exigindo o (re)atualizar constante de competências e habilidades. Nesse sentido, as entidades da categoria – especialmente o Conjunto CFESS-CRESS – a cada gestão, vem potencializando sua intervenção no campo da qualificação teórica e política da categoria dos/as assistentes sociais. Trata-se de ações diversas,

pautadas numa perspectiva de fortalecimento do compromisso profissional do/a assistente social com a competência e o aprimoramento intelectual, com a finalidade de garantir também a qualidade dos serviços prestados à população usuária, conforme preconiza o Código de Ética Profissional.

Todavia, a necessidade que se aponta é de caminharmos para além de ações isoladas e cursos fragmentados, por meio da adoção de orientações nacionais referentes à capacitação profissional, e este é um papel importante que a Política de Educação Permanente tem a cumprir. À ENESSO cabe, nesse momento, sinalizar objetivos e diretrizes para esta Política, bem como suscitar reflexões pertinentes, que nos fortaleçam nessa construção, na condição de entidade que congrega e organiza assistentes sociais em processo de formação.

Apostamos nesta tarefa política que a conjuntura nos impõe, por entendermos as implicações que a Política de Educação Permanente pode apresentar no que concerne à própria condução do trabalho profissional na atualidade. Ademais, em que pesem os avanços teóricos, éticos e políticos que temos alcançado no seio da profissão, a construção desta Política é referendada pelas análises de Netto (1996, p. 109), quando este afirma que “a categoria profissional não dispõe de suficientes canais e circuitos que operem uma efetiva socialização de tais avanços – o que tem contribuído para alargar, numa escala preocupante, a distância entre as vanguardas acadêmicas e a massa dos profissionais *de campo*”.

Ressaltamos ainda a relevância da educação permanente vinculada ao PEP, no sentido de viabilizar a manutenção da direção teórica e política da categoria, bem como de contribuir para o aprimoramento qualitativo dos serviços ofertados pelo serviço social brasileiro.

Com essa perspectiva, não temos dúvidas de que a elaboração da Política de Educação Permanente para assistentes sociais, ao se propor a incidir cada vez mais no trabalho profissional cotidiano, se inscreve no campo das estratégias de enfrentamento a este cenário avesso aos direitos, na medida em que proporciona aos/às assistentes sociais no exercício da profissão a possibilidade de consolidação de uma proposta de formação continuada e sustentada na defesa do trabalho e dos/as trabalhadores/as.

A POLÍTICA DE EDUCAÇÃO PERMANENTE DO CONJUNTO CFESS-CRESS

DIRETRIZES

- Afirmar o compromisso com o aprimoramento intelectual e qualidade dos serviços prestados à população, na perspectiva de assegurar a competência profissional; (Princípios Fundamentais - Código de Ética Profissional);
- Constituir espaço de aprimoramento profissional de forma contínua, colocando-o a serviço dos princípios ético-políticos;
- Evidenciar a dimensão política da Política de Educação Permanente como instrumento de reflexão sobre a realidade social e aprimoramento da intervenção profissional;
- Potencializar as análises teóricas substanciais acerca da realidade para qualificar o exercício profissional;
- Contribuir para a consolidação da direção política do Conjunto CFESS-CRESS na defesa da profissão e dos interesses dos/as usuários/as do Serviço Social;
- Constituir-se como instrumento de fortalecimento do Projeto Ético-político Profissional;
- Contribuir para a sistematização e análise das expressões da “questão social” em âmbito nacional e local;
- Afirmar-se como instrumento de sustentação e defesa dos posicionamentos do Conjunto CFESS-CRESS;
- Contribuir para a consolidação da direção do Conjunto CFESS-CRESS na defesa das Políticas Públicas e da Democracia;

- Valorizar a imagem do/a assistente social em sintonia com o Projeto Ético-político;
- Socializar reflexões teóricas na direção ética e política do Conjunto CFESS-CRESS.

OBJETIVOS

Objetivo Geral

- Consolidar uma Política Nacional de Educação Permanente no âmbito do Conjunto CFESS-CRESS, voltada para a promoção do aprimoramento intelectual, técnico e político dos/as assistentes sociais, como forma de qualificar o exercício profissional, fortalecendo sua inserção qualificada e crítica no mundo do trabalho; bem como consolidar o projeto ético-político do Serviço Social e potencializar a melhoria dos serviços prestados aos/às usuários/as.

Objetivos Específicos

- Proporcionar a democratização da educação permanente na área do Serviço Social, visando à geração de impactos ampliados na qualificação dos/as assistentes sociais;
- Contribuir para a análise crítica do Serviço Social no âmbito das relações capital/trabalho e do Estado/sociedade, mediante as formas de enfrentamento da “questão social”;
- Subsidiar a qualificação das competências e atribuições dos/as assistentes sociais nas específicas condições e relações de trabalho vigentes no país, reconhecendo as forças políticas em luta pela hegemonia;

- Qualificar o exercício profissional dos/as assistentes sociais nos processos de concepção, formulação, gestão, acompanhamento e avaliação de planos, programas e projetos sociais;
- Disseminar o debate contemporâneo sobre o instrumental teórico, conceitual, técnico, ético e político do Serviço Social;
- Possibilitar articulação entre o Conjunto CFESS-CRESS e as Unidades de Formação Acadêmica do Serviço Social, no processo de valorização da profissão e qualificação do exercício profissional;
- Promover articulação com entidades representativas dos/as usuários/as e movimentos sociais na análise sobre a questão social, provocando reflexões sobre a realidade socioeconômica e política que permeia a intervenção profissional;
- Potencializar, no âmbito das Unidades de Formação Acadêmicas, os fóruns de supervisores de estágio como espaços de articulação, fortalecimento do exercício profissional e enfrentamento das demandas acerca da educação permanente em cada região.

ESTRATÉGIAS

- Estabelecer parcerias do Conjunto CFESS-CRESS com as Unidades de Formação Acadêmica do Serviço Social na implementação da pós-graduação *lato sensu*, sistemática, permanente e ampliada para a categoria, voltada para os desafios históricos e emergentes do Serviço Social;
- Viabilizar articulação com entidades representativas dos/as usuários/as e movimentos sociais para provocar reflexões sobre a realidade socioeconômica e política;
- Criar espaços de debates permanentes e sistemáticos nos CRESS, como forma de dar publicidade e aprofundar os posicionamentos políticos do Conjunto;

- Provocar debates nos espaços institucionais e no meio das entidades representativas, movimentos sociais e outros aliados do projeto ético-político, para pautar e divulgar as reflexões do conjunto;
- Organizar grupos de estudos sistemáticos nos CRESS, em torno das diversas áreas de atuação profissional;
- Utilizar-se dos materiais didáticos produzidos pelo Conjunto CFESS-CRESS por meio de debates, cursos e estudos, ampliando sua divulgação e apropriação pela categoria;
- Potencializar a dimensão pedagógica nas ações da fiscalização do exercício profissional, provocando reflexões e estimulando a participação dos/as assistentes sociais nos espaços de reflexão teórica;
- Potencializar as peças de comunicação na divulgação dos posicionamentos do Conjunto e provocar reflexão acerca das questões contemporâneas;
- Pautar nos fóruns de supervisores, nos espaços de debates da ABEPSS e dos CRESS as demandas e possibilidades estratégicas acerca da Educação Permanente para assistentes sociais;
- Firmar parcerias com instituições empregadoras no sentido de viabilizar educação permanente para os/as assistentes sociais;
- Buscar articulações regionais no sentido de realizar ações de educação permanente sobre temáticas que tenham forte expressão na região;
- Construir planos locais/estaduais de Educação Permanente dos/as assistentes sociais, em parceria CRESS/ABEPSS Regional que prevejam:
 - a) Eixos temáticos prioritários para as ações de Educação Permanente, definidos a partir de demandas do exercício profissional em articulação com as Comissões do CRESS;

- b) Parcerias na construção e execução nas ações de educação permanente, privilegiando a discussão com as UFAs, Fórum de Supervisores e movimentos sociais;
- c) Ações estratégicas/prazos para execução do plano.

REFERÊNCIAS:

ABEPSS. Desafios à Formação Profissional em tempos de crise mundial - a ABEPSS nas atividades comemorativas de 15 de maio de 2009. Brasília: ABEPSS, 2009. Disponível em www.abepss.org.br, Consultado em 10 de fevereiro de 2011.

ABEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. Rio de Janeiro: 1996. Disponível em www.abepss.org.br, Consultado em 10 de fevereiro de 2011.

ABEPSS. Política Nacional de Estágio da ABEPSS. Brasília: 2010. Disponível em www.abepss.org.br, Consultado em 10 de fevereiro de 2011.

ABESS/CEDEPSS. Diretrizes gerais para o curso de Serviço Social. In Cadernos ABESS nº 7. São Paulo, Cortez, 1997, 58-76.

ABEPSS; CFESS. As entidades do Serviço Social brasileiro na defesa da formação profissional e do projeto ético-político. In: **Revista Serviço Social & Sociedade**, nº 108 Out/Dez. São Paulo: Cortez Editora, 2011.

ABREU, Maria Helena Elpidio; SANTOS, Cláudia Mônica dos. Desafios do Estágio Supervisionado na atualidade. in DAHMER, Larissa; ALMEIDA, Ney Luiz T. **Serviço Social e Educação**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2012.

BEHRING. Elaine R. e SANTOS, Silvana Mara M. dos. Questão social e direitos. In Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

CFESS. Código de ética profissional. Brasília: CFESS, 1993. Disponível em www.cfess.org.br, Consultado em 05 de maio de 2011.

CHAUÍ, M. Escritos sobre a universidade. São Paulo, Editora UNESP, 2001.

_____. A universidade pública sob nova perspectiva. In: CONFERÊNCIA DE ABERTURA DA ANPED. **Anais**. Poços de Caldas, 2003.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

DELORS, Jacques. Um tesouro a descobrir : relatório da Unesco da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI, São Paulo: Cortez, 2003

FERNANDES, Rosa Maria Castilhos. (Re) valorização da educação permanente. In Direitos, Ética e Serviço Social. **Revista Serviço Social & Sociedade** nº 99 Jul/Set São Paulo: Cortez Editora 2009. p. 518 a 539.

FREIRE, Paulo. Pedagogia do Oprimido. Rio de Janeiro. Paz e Terra, 1974

GRAMSCI, Antonio. **Escritos Políticos**. Vol.I e II Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 2004.

GUERRA, Y. O Projeto Ético Político do Serviço Social brasileiro frente às demandas do ensino superior. In: **Anais...** IV Simpósio Regional de Formação Profissional e XIX Semana Acadêmica de Serviço Social. Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNOESTE – Campus Toledo), 27 a 29 de julho de 2011. ISSN 2175-1250.

HARVEY, David. **Condição Pós-moderna**. 12 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Neoliberalismo: história e implicações**. São Paulo: Loyola, 2008.

HORODYNSKI-MATSUSHIGUE, Lighia B. **Ensino a distância e universidade aberta do Brasil: mitos a serem desfeitos**. São Paulo:Apropuc, 2010.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. Reforma do ensino superior e serviço social. **Temporalis**, Brasília: ABEPSS, ano I, n.1, 2000.

_____. O Serviço Social em tempos de capital fetiche. São Paulo, Cortez, 2007.

_____. O Serviço Social na cena contemporânea. In Serviço Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009.

KONDER, Leandro. **O futuro da filosofia da Práxis**. 3ed. São Paulo: Paz e Terra, 2009.

KOSIK, Karel. **Dialética do concreto**. 7. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

LEWGOY, Alzira Maria Baptista. Supervisão em Serviço Social: desafios para a formação e para o exercício profissional. Cortez Editora, São Paulo: 1ª Ed, 2009

LOJKINE, Jean. Revolução informacional. São Paulo: Cortez, 1995.

MÉSZAROS, István. **A educação para além do capital**. 2 ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

NETTO, José Paulo. A construção do projeto ético-político do serviço social. In MOTA, Ana Elizabeth (org). **Serviço Social e saúde: Formação e Serviço Social e saúde: Formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, MS, 2006.

_____. Transformações societárias e Serviço Social: notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil In: **Serviço Social e Sociedade Nº 50**. São Paulo: Cortez, 1996.

RAMOS, Sâmya Rodrigues. **A materialização de valores emancipatórios na construção da organização política: A particularidade do Movimento Estudantil de Serviço Social no contexto brasileiro pós-ditadura**. Aracaju, 2008. (Texto apresentado no I Seminário de Formação Política do MESS).



SANTOS, Boaventura de Sousa. **A crítica da razão indolente**: Contra o desperdício da experiência. Vol. I - Para um novo senso comum: a ciência, o direito e a política na transição paradigmática. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

TRASPADINE, Roberta. **A educação política**. Enecop: 2009. Disponível em <http://listas.enec.org.br/pipermail/enec/attachments/20090810/697a7184/attachment-0001.htm>. Consultado em 20/01/2012.